



## Resumo de Notícias

10/05/2016 - Convergência Digital

# Em reestruturação, Oi demitirá cerca de dois mil funcionários

Com o desafio de negociar com os seus credores uma dívida, estimada em US\$ 14 bilhões, a Oi promove um corte de aproximadamente dois mil funcionários. Segundo fontes da empresa, a redução de pessoal acontece nos cargos administrativos. A parte operacional – voltada para o atendimento ao cliente – não estaria sendo afetada. Mas há notícias de demissões de diretores e gerentes em todo o país.

Em nota oficial encaminhada ao portal Convergência Digital, nesta terça-feira, 10/05, a Oi explica que a transformação do negócio segue sendo a prioridade máxima, como a recente mudança do modelo comercial e de marca direcionados aos novos hábitos de consumo.

No comunicado, a Oi destaca que, em 2016, “foram incorporadas posições técnicas na empresa de operação e manutenção de rede de acesso do Grupo, envolvendo a região sul e sudeste do Brasil. Este movimento é bastante desafiador considerando as questões financeiras envolvidas, porém estruturante para a Companhia atingir seus objetivos estratégicos”.

A operadora sustenta ainda que as medidas de contenção acontecem “com o intuito de manter níveis de rentabilidade e produtividade para fazer frente ao cenário macroeconômico atual, a Oi está realizando uma readequação da sua estrutura administrativa baseada na busca contínua de eficiência”.

No balanço financeiro do quarto trimestre de 2015, divulgado no dia 24 de março, a Oi informou que o endividamento bateu em R\$ 54,98 bilhões ao fim de um ano em que as receitas caíram, ainda que pouco (0,5%). O prejuízo, que foi de R\$ 4,5 bilhões em 2014, aumentou para R\$ 5,3 bilhões. O Convergência Digital publica a íntegra da nota da Oi encaminhada à imprensa.

A Oi iniciou em 2015 um plano de transformação do seu negócio e de sua estrutura de capital, com a adoção de diversas iniciativas que geraram avanços operacionais relevantes e possibilitaram a entrega de guidances que haviam sido anunciados ao mercado.

Para manter sua trajetória de crescimento, a Oi vem aprofundando as medidas que visam à melhoria do negócio, promovendo iniciativas comerciais, de infraestrutura e gestão. Uma das iniciativas relevantes é o fortalecimento das estruturas operacionais para sustentar uma evolução na qualidade da prestação de serviços com impacto positivo na experiência do cliente. Esse é um dos principais focos da Organização, que promoveu recentemente um reposicionamento comercial e de marca direcionados aos novos hábitos e tendências de consumo.

Em função disto, no ano de 2016 foram incorporadas posições técnicas na empresa de operação e manutenção de rede de acesso do Grupo, envolvendo a região sul e sudeste do Brasil. Este movimento é bastante desafiador considerando as questões financeiras envolvidas, porém estruturante para a Companhia atingir seus objetivos estratégicos.

Com o intuito de manter níveis de rentabilidade e produtividade para fazer frente ao cenário macroeconômico atual, a Oi está realizando uma readequação da sua estrutura administrativa baseada na busca contínua de eficiência.

A Oi continua sendo um dos maiores grupos empregadores do país, gerando cerca de 146.000 empregos diretos e indiretos em todo o território nacional. A Oi tem uma estratégia de negócios para os próximos três anos com foco em digitalização, convergência e dados, associado a um planejamento que mantém forte direcionamento para controle e corte de custos.

**POSICIONAMENTO OI**



## Resumo de Notícias

10/05/2016 - 18h25 - Sinttel-ES

# Telefonistas aprovam reajuste e Convenção Coletiva

As telefonistas, representadas pelo Sinttel-ES aceitaram o reajuste proposto pelo Seaces (Sindicato das empresas) e a Convenção Coletiva de Trabalho está fechada. A decisão das trabalhadoras aconteceu na quinta-feira, dia 05/05, quando foram realizadas assembleias em três horários para facilitar a participação de todas.

O Sinttel fez um esforço para convocar todas as telefonistas, pois elas tem jornada variada, trabalham em agências bancárias e muitas estão em cidades distantes da capital.

Este ano, fora discutidas apenas as cláusulas econômicas da Convenção Coletiva, que tem validade até 2017. A proposta das empresas foi negociada pelo Sinttel em duas rodadas de negociação. A proposta discutida com o Seaces e aprovadas pelas telefonistas é a seguinte:

### 1) Reajuste salarial

Aumento de 10% nos pisos passando o atual valor de R\$1.487,00 para R\$ 1.635,70 para jornada de 6 horas; e para jornada de 4 horas, o piso passa dos atuais R\$

994,73 para R\$ 1.094,20.

### 2) Reajuste nos valores da alimentação/refeição

Aumento de 6% e alteração na forma de pagar os benefícios Cesta básica e Auxílio-alimentação/Refeição. Estes dois benefícios passarão a ser um só: Auxílio-Alimentação/Refeição e com a participação dos/as empregados/as em 10%. Hoje, somando os dois valores que são pagos, chega-se a R\$ 232,63, valor líquido (já feito os descontos).

Pela proposta negociada com o Seaces ficará assim: valor diário de R\$ 12,73 num único crédito no valor mensal de R\$ 280,00, com desconto máximo de 10% (representa R\$ 28,00). Com isso, o valor líquido será de R\$ 252,00. O reajuste entre esses dois valores (R\$ 232,63 e R\$ 252,00) significa um aumento efetivo de 9%.

Cabe ressaltar que a partir de agora, o Auxílio-alimentação/Refeição será pago por dia efetivamente trabalhado, ou seja, caso a pessoa tenha uma falta será descontado somente o dia não trabalhado.

# Governo apresenta proposta de tributação de heranças em até 25%

O governo da presidenta Dilma Rousseff apresentou, nesta sexta-feira (6), projeto de lei que traz mudanças na tributação, entre elas o aumento da tabela do Imposto de Renda (IR) em 5% para heranças acima de R\$ 5 milhões e doações acima de R\$ 1 milhão, que estavam isentos até agora da tributação. A medida terá impacto no caixa de R\$ 5,2 bilhões ao ano a partir de 2017.

Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, comentou a proposta. Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, comentou a proposta " Estamos aumentando a progressividade da tributação no Brasil, do Imposto de Renda, fazendo isso de uma forma responsável, sem gerar impacto fiscal no próximo ano. O custo da correção da tabela do Imposto de Renda vai ser mais do que compensada por medidas de elevação de receita

em outras áreas", disse Nelson Barbosa, ministro da Fazenda.

Segundo o ministro, as novas medidas são uma forma de se fazer justiça tributária e de boas práticas para gerar igualdade na sociedade. Isso porque no Brasil, a tributação sobre herança já existe nos estados. Pelos cálculos apresentados, o impacto na correção da tabela do Imposto de Renda será de R\$ 5,2 bilhões que será compensado em R\$ 5,35 bilhões com a mudança na incidência para outros contribuintes, restando ainda ao caixa da União R\$ 150 milhões.

Com a mudança na tabela do IR a isenção sobe de R\$ 1.903,98 para R\$ 1.999,18. Acima de R\$ 4.897,92, a alíquota incidente será a de 27,5%.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/280458-1>



## Resumo de Notícias

11/05/2016 - Telesíntese

# Fazenda quer trocar R\$ 17 bilhões de bens reversíveis por investimentos em Banda Larga

O Ministério da Fazenda divulgou hoje, 11, nota técnica em seu site, que faz um estudo de 15 páginas sobre o setor de telecomunicações e apresenta a sua proposta para um novo marco legal de telecomunicações, propondo acabar com as concessões de telefonia fixa, com os bens reversíveis e a troca desses bens em novos investimentos em banda larga. O ministério chega a precificar os valores desses bens - de R\$ 17,7 bilhões - e sugere que eles sejam trocados por novos investimentos em redes de banda larga.

O Ministério da Fazenda divulgou hoje, 11, nota técnica em seu site, que faz um estudo de 15 páginas sobre o setor de telecomunicações e apresenta a sua proposta para um novo marco legal de telecomunicações, propondo acabar com as concessões de telefonia fixa, com os bens reversíveis e a troca desses bens em novos investimentos em banda larga. O ministério chega a precificar os valores desses bens – de R\$ 17,7 bilhões – e sugere que eles sejam trocados por novos investimentos em redes de banda larga.

“ A reversibilidade é um instituto importante quando existe pouca competição. Nesse caso, se a empresa devolver a concessão, o Estado deve manter a continuidade do serviço. Ocorre que no setor de telecomunicações, à medida em que se multiplicaram as autorizações, no mesmo serviço ou em serviços substitutos, esse risco ficou muito pequeno e hoje é praticamente inexistente. Assim, o modelo regulatório deve ser revisto para equilibrar a competição no mercado entre as empresas que atuam sob regime de concessão e aquelas que atuam sob regime de autorização. Com isso, os bens reversíveis podem ser integralizados pelas empresas que podem investir mais na expansão da oferta de redes, o que viabilizará uma nova onda de investimentos no setor”, defende o documento elaborado pela secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que assina o a nota técnica.

Para o ministério da Fazenda, além do problema competitivo entre os serviços sob concessão e autoriza-



ção (telefonia fixa sob concessão e demais serviços de telecom, sob autorização) o atual modelo regulatório, com a reversibilidade dos bens da concessão provocam os seguintes problemas:

-Inibição de investimentos: algumas concessionárias fazem menos investimentos devido à possibilidade de reversão dos

novos ativos em 2025, assim como também enfrentam dificuldades para atrair investidores. -

Duplicação de infraestrutura: a insegurança tem levado as empresas a instalarem cabos de fibras paralelos aos cabos de cobre havendo perda de eficiência dos investimentos realizados e aumento do custo do capital.

Subutilização de ativos – cabos de cobre poderiam ter a vida útil prolongada com a utilização de novas tecnologias (encurtamento de redes), podendo ser utilizados, por exemplo, para levar serviços de banda larga, limitados à tecnologia. -

Imóveis: quaisquer terrenos e benfeitorias utilizados para a prestação de qualquer serviço são considerados bens reversíveis, ficando impossibilitados de serem alienados, gerando custo de manutenção. -

Judicialização: disputa entre as concessionárias, agências reguladoras e sociedade civil organizada sobre os bens reversíveis. -

Custo de controle: Controle e fiscalização dos ativos e de inventários reversíveis, tanto pela agência reguladora quanto pelas operadoras, gera ineficiências econômicas



## Resumo de Notícias

10/05/2016 - Rede Brasil Atual

# Rossetto: nova linha de crédito deve preservar empregos em pequenas empresas

O ministro do Trabalho e da Previdência Social, Miguel Rossetto, disse hoje (10) que a nova linha de crédito de R\$ 5 bilhões para financiar capital de giro de micro e pequenas empresas, aprovada ontem (9) pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), tem por objetivo a manutenção de empregos e o estímulo à contratação de jovens.

"A novidade importante é que nessa relação de diálogo estabelecemos contrapartidas. As empresas que contratarem essa linha de crédito assumem o compromisso de preservação de empregos e do número de postos de trabalho por até 12 meses a partir do contrato. A segunda contrapartida é um compromisso de até seis meses - a partir da contratação [do crédito] - as empresas com mais de dez empregados contratarem um aprendiz, jovem de 14 a 24 anos, que mantenha sua escolaridade, realize um curso de profissionalização e tenha sua carteira assinada", disse Rossetto, em entrevista, após reunião com a presidenta Dilma Rousseff no Palácio do Planalto.

### Empregos Mantidos

Ele afirmou que o ministério estima que, com essa medida, serão preservados 1,1 milhão de postos de trabalho e deve ser estimulada a contratação de até 100 mil jovens. A linha Proger Urbano - Capital de Giro será composta por R\$ 2 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e R\$ 3 bilhões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo informou o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Os recursos da nova linha serão destinados a micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. O limite de financiamento com

verbas dos depósitos especiais do FAT é de R\$ 200 mil por empresa, com prazo de pagamento de até 48 meses, com 12 meses de carência e limite financiável de 100%. Os encargos dos financiamentos, operados pelo Banco do Brasil, serão estabelecidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescidos de até 12% ao ano.

Já o financiamento com recursos do BNDES, operado pelos bancos públicos, deve ser pago em 36 meses, incluído o prazo de carência de até seis meses, com taxa de juros definida pela TJLP mais 9,6% ao ano.

O Brasil tem cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas, responsáveis por aproximadamente 52% dos empregos formais e mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB). A estimativa do Ministério do Trabalho e Previdência Social é que 100 mil empresas possam utilizar a nova linha.

### Impeachment

Rossetto disse, ainda, que a presidenta Dilma Rousseff segue determinada e firme no que ela entende ser a sua responsabilidade constitucional de "preservar a Constituição e a democracia no país".

"Seu mandato é expressão da vontade popular e ela vai continuar aquilo que tem anunciado, cumprindo sua responsabilidade com determinação e firmeza, buscando em todos os espaços a legalidade, a Constituição e a democracia. Isto significa continuar o debate junto ao Senado e ao Supremo Tribunal Federal como instâncias e isso significa também preservar o diálogo junto à sociedade brasileira", afirmou o ministro.

## Resumo de Notícias

10/05/2016 - Carta Maior

# A longa tradição de golpes 'brancos' no Brasil

Engana-se quem pensa que estamos diante de um fenômeno 'novo' em nossa história: o que não falta em nossa história são golpes como o de agora.



O golpe em curso no Brasil, e que nesta quarta-feira vai atingir um novo momento de clímax com a votação do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, consagrou aqui na Alemanha o nome "kalter Putsch" - "golpe frio" - como sua certidão de batismo. Criada, ao que parece, pela revista Der Spiegel, a expressão se espalhou por toda a imprensa alemã.

Na nossa tradição o nome consagrado para este tipo de golpe que está sendo dado é "golpe branco", por oposição a "golpe militar". Tradição? Sim, porque engana-se quem pensa que estamos diante de um fenômeno "novo" em nossa história. Nela abundam "golpes brancos". Bem, os há de todas as tonalidades, do cinzento ao marrom, por exemplo. "Marrom"? É, "marrom", porque quase todos os golpes no Brasil, de 1954 para cá, contaram com a participação ativa e conspirativa de nossa "imprensa, hoje mídia, marrom", impropriamente chamada de "grande imprensa", como nas campanhas sujas contra Getúlio em 1954 e contra Goulart em 63/64. E agora, mais uma vez, neste golpe de 2016.

Vamos a um rápido levantamento dos golpes brancos em nossa trajetória histórica.

### Constituição de 1824.

A primeira Constituição do Império foi outorgada ao país por D. Pedro I, através de um golpe branco. Este foi precedido por um golpe militar. Em 12 de novembro de 1823, cansado pelas querelas entre as facções irreconciliáveis da Assembléia Constituinte que ele mesmo nomeara, D. Pedro I mandou a tropa cercá-la, prendeu alguns dos deputados e encerrou a questão. No dia seguinte nomeou uma comissão de "notáveis", de sua escolha, e pediu/ordenou que ela redigisse a Constituição, jurada e outorgada por ele em 25 de março de 1824.

### Golpe da Maioridade.

No começo da década de 1840 o Brasil achava-se tomado por rebeliões regionais de maior ou menor porte, como a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que já durava cinco anos e ainda duraria mais cinco. Os sucessivos governos do Período Regencial não conseguiam debelá-las, engolfados também pelas dissensões entre as facções políticas da Corte. Por instigação do futuro Partido Liberal, sobretudo, o Senado proclamou a maioridade de D. Pedro II, então com 14 anos e sete meses de idade. O Segundo Império duraria até 1889.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-longa-tradicao-de-golpes-brancos-no-Brasil/4/36086>